



REPÚBLICA DE ANGOLA

MINISTÉRIO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

**MENSAGEM Á NAÇÃO  
DE SUA EXCELÊNCIA  
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS  
PRESIDENTE DA  
REPÚBLICA DE ANGOLA**

MESSAGE A LA NATION DE SON  
EXCELLENCE JOSÉ EDUARDO  
DOS SANTOS, PRESIDENT DE LA  
REPUBLIQUE D'ANGOLA

ADRESS TO THE NATION BY HIS  
EXCELENCY JOSÉ EDUARDO  
DOS SANTOS, PRESIDENT OF THE  
REPUBLIC OF ANGOLA

---

COLECÇÃO ACTOS E FACTOS N.º 7  
1996

LUCIO LARA

**ÍNDICE  
SOMMAIRE  
SUMMARY**

INTRODUÇÃO .....	5
MENSAGEM À NAÇÃO DE SUA EXCELÊNCIA JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS PRESIDENTE DA REPÚBLICA DE ANGOLA. ....	9
INTRODUCTION .....	19
MESSAGE A LA NATION DE SON EXCELENCE JOSE EDUARDO DOS SANTOS, PRESIDENT DE LA REPUBLIQUE D'ANGOLA. ....	21
SUMMARY .....	31
ADDRESS TO THE NATION BY HIS EXCELENCY THE PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF ANGOLA JOSE EDUARDO DOS SANTOS .....	33

**MENSAGEM À NAÇÃO  
DE SUA EXCELÊNCIA  
JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS,  
PRESIDENTE DA REPÚBLICA  
DE ANGOLA**

## INTRODUÇÃO

O presidente da República, Dr. José Eduardo dos Santos, realizou, no dia 19 de Junho de 1990, na sede do governo, em Luanda, uma cerimónia de abertura da nova fase económica do país.

... "O País tem muitos problemas, perdeu muitos recursos, gravou o défice mais elevado da sua história, a economia popular sofreu um grande impacto, a inflação é elevada, muitos empregos foram perdidos, etc.

... "Mas, ao mesmo tempo, o País tem muitos recursos que nos levam a ter muitas esperanças. Acreditamos que a perspectiva de melhoria das condições de vida é grande e que podemos, juntos, construir uma Nova Vida".

Assim, o Presidente da República, Dr. José Eduardo dos Santos, realizou, no dia 19 de Junho de 1990, a cerimónia de abertura da nova fase económica do país.



## **INTRODUÇÃO**

O presente número da colecção Actos e Factos contém a mensagem à Nação pronunciado por Sua Excelência o Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, a 3 de Junho de 1996, onde fez um resumo do estado da Nação, consubstanciado na crise económica do País.

..."O País está, portanto, perante uma situação muito grave, o descalabro social é evidente, a probreza das populações é extrema, o desespero começa a invadir muitos corações"...

..."É preciso mudar e para mudar temos de saber exactamente quais as causas fundamentais que nos levaram à presente situação, só assim poderemos abrir perspectivas para a recuperação da esperança no nosso futuro, abrir caminho para começar uma Nova Vida"...

Através desta publicação o Ministério da Comunicação Social, propõe-se colocar à disposição de todos os cidadãos um instrumento de leitura e de consulta das principais orientações para se sair da crise, emanadas do Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

## POVO ANGOLANO

Chegou o momento de fazermos uma reflexão serena e profunda sobre a actual situação política, social e económica do país, e de tomarmos decisões firmes e consequentes para travar a continua degradação do nível de vida das populações. Todos reconhecem que enfrentamos hoje a mais grave crise económica e social de sempre.

As sucessivas experiências feitas para superar essa crise nestes últimos três anos fracassaram, e as consequências são: a quase paralização do sector produtivo, com exceção da actividade petrolífera; a quase paralização da produção industrial de diamantes; a degradação extrema das infra-estruturas e equipamentos sociais, em especial nos sectores da energia e águas; a hiper-inflação, que atinge valores anuais superiores a 3.000%; o agravamento do défice orçamental; a expansão descontrolada do crédito à economia; o grande aumento da emissão monetária sem contrapartida; a existência na prática de duas moedas, que leva ao descrédito e desvirtuamento da actividade bancária; o descontrolo cambial profundo, etc...

Nesta conjuntura, as funções sociais do Estado foram, na prática, drasticamente reduzidas; foi privilegiada na alocação dos recursos a faixa comercial especulativa; desen-

volveu-se um sistema financeiro paralelo forte e implantou-se um sistema de comércio chamado sem dispêndio de divisas ou por fundos próprios, cujas operações atingem já pelo menos 90% do total das importações do país.

Daqui decorre uma subordinação, de facto, do sistema comercial do país ao chamado comércio sem dispêndio de divisas, o qual, na realidade, se tornou dominante. É este factor, fora do controlo do Governo, que é determinante na formação do sistema de preços, incluindo o dos produtos de primeira necessidade e dos próprios bens intermediários para a produção.

Paralelamente agravou-se a crise social, sendo de salientar nesse domínio: o carácter quase simbólico da imensa maioria dos salários, nomeadamente da função pública, apesar dos aumentos significativos feitos; o quase colapso do sistema estatal de saúde e educação, quer por abandono de muitos quadros e trabalhadores, quer por terem piorado as condições mínimas de trabalho; o agravamento crescente dos fenómenos de desemprego e sub-emprego; a ineficácia dos sistemas de apoio mínimo às camadas mais vulneráveis da população e aos antigos combatentes e a ausência de mecanismos de coordenação e controlo dos principais sectores que deveriam garantir a segurança, a tranquilidade e a estabilidade dos cidadãos.

Por outro lado, a própria acção de alguns dirigentes se traduz muitas vezes no desrespeito pelas decisões dos órgãos colegiais do Governo; na discussão de assuntos do fôro governamental fora das instituições próprias e noutras práticas reprováveis, prejudicando a reputação e a boa imagem do Governo.

O Programa e o OGE para 1996 propostos pelo Governo e aprovado pela Assembleia Nacional limita-se a dar continuidade à aplicação da filosofia de gestão económica e à acção governativa responsáveis pela situação acima descrita. Desde o início do ano até a presente data, o Governo mais não fez em termos práticos e no domínio económico, do que propôr e aprovar nova legislação no domínio fiscal, praticar sucessivas desvalorizações da taxa de câmbio oficial e "ensaiar", sem aplicação

integral, o pagamento de uma nova tabela salarial da função pública.

O País está, portanto, perante uma situação muito grave. O descalabro social é evidente, a pobreza das populações é extrema, o desespero começa a invadir muitos corações. É o momento da verdade. Os que falharam devem assumir modestamente os seus erros.

É preciso mudar temos de saber exactamente quais as causas fundamentais que nos levaram à presente situação. Só assim poderemos abrir perspectivas para a recuperação da esperança no nosso futuro, abrir caminho para começar uma Nova Vida.

É justo atribuir em primeiro lugar tal descalabro social à violenta guerra que se seguiu às eleições de Setembro de 1992, pois ela foi responsável por uma destruição sem precedentes das infra-estruturas e equipamentos essenciais do país, pela morte e deslocação forçada e massiva de centenas de milhares de cidadãos, pela quase total paralização da actividade produtiva e mercantil e por uma acentuada quebra de valores morais e lassidão de costumes, nascidos da luta desesperada pela sobrevivência e pela perda de perspectivas de vida.

O descalabro social, no entanto, tem também de ser atribuído em grande medida à aplicação de programas económicos que redundam *inevitavelmente* numa grave inflação permanente, que implicam uma redução contínua dos salários reais e de que resulta o quase completo abandono das funções sociais do Estado e a destruição da Administração Pública.

Dito noutras palavras e de forma clara: estamos perante o colapso efectivo e total da actual filosofia básica de actuação no domínio económico, de feição neo-liberal e monetarista, e da própria actividade governativa.

Como superar então esta gravíssima crise, que a todos atinge e que condiciona o relançamento da actividade económica e do desenvolvimento do país, e mesmo a própria sobrevivência do Estado angolano, num momento em que se precipitam os prazos para o integral cumprimento das tarefas previstas no Protocolo de Lusaka?

Como vimos, o actual sistema caracteriza-se pelo facto de todas as suas variáveis económicas estarem alinhadas pela indexação automática à taxas de câmbio informais, *com excepção dos salários*. Como entretanto as taxas de câmbio informais não são determinadas pela actuação das forças de um mercado estruturado, mas são, pelo contrário, expressão do funcionamento de um comércio especulativo, viabilizado pelo afluxo de moeda externa fora do controlo do Estado e do sistema monetário-financeiro (essencialmente os dólares provenientes do garimpo), o mesmo sistema se reproduz a si próprio, inviabilizando o retorno da emissão monetária ao sistema bancário e determinando de forma especulativa a taxa de câmbio paralela. Deste modo, o Estado tende progressivamente a gastar cada vez mais pagando cada vez mais num processo de esmagamento contínuo e crescente, e torna-se para ele praticamente impossível observar os limites orçamentais aprovados a nível dos sucessivos Orçamentos Gerais do Estado, os quais se transformam em verdadeiras ficções, estimulando o recurso a saída e soluções paliativas extra-legais.

O caminho não está, pois, como muitos sugerem, no alinhamento de toda a economia tomando como paradigma o sistema especulativo, mas sim na *destruição* do mesmo, empenhando a gestão económica na construção de uma realidade desejável para o país, isto é, no contexto da actuação de um mercado progressivamente estruturado. Por outras palavras, é necessário que a transição para uma *economia social de mercado* se processe por etapas, de molde a que o processo seja efectivamente controlado e, no limite das possibilidades, isento de rupturas sociais e políticas.

A curto prazo, os objectivos essenciais a atingir deverão incluir a obtenção de uma maior oferta mercantil e o controlo efectivo dos recursos cambiais do país, de molde a tornar possível o asseguramento do abastecimento à população; a garantir a operacionalidade dos sectores de defesa, segurança e ordem interna; a travar a degradação do nível de vida e do desemprego; a reactivar o aparelho produtivo, garantindo a alocação de recursos para a revitalização, através de "programas dirigidos", da produção interna e da

pequena indústria nacional ligada ao abastecimento; a manter e reabilitar as infra-estruturas básicas e sociais, em especial as que permitem a livre circulação de pessoas e bens ou a fixação das populações nos seus locais de origem; a recuperar os serviços de assistência social e saúde e ainda a garantir a protecção social dos antigos combatentes e deslocados de guerra.

Indispensável é também a reconquista da confiança dos operadores económicos e da população no sistema bancário; a revisão do sistema de comércio sem dispêndio de divisas; a inserção estratégica dos empresários nacionais no processo de estabilização económica e a aplicação efectiva do Programa de Estabilização do Sector Diamantífero de Angola (PROESDA).

Ainda no contexto da materialização destes objectivos impõe-se a adopção de um conjunto de medidas/instrumentos com vista à reorganização do sistema de comércio vigente; à reformulação do regime geral de preços de bens e serviços; à utilização dos orçamentos cambiais como instrumentos fundamentais de gestão; ao planeamento global; sectorial e regional da actividade económica; à reorganização e reestruturação do Banco Central e Emissor e à adopção do princípio de curto prazo.

Impõe-se igualmente a regulamentação de princípios e condicionamentos a que deve obedecer a contracção de crédito ao exportador; a organização do sistema de pagamentos externos; a integração efectiva das casas de câmbio no sistema bancário; a definição dos princípios a que deve obedecer a liquidação das importações; a abertura e prorrogação de cartas de crédito; a instituição de um câmbio único; a aplicação de uma política restritiva no domínio monetário e a adequação da política orçamental; a indexação dos salários da Função Pública à evolução do câmbio oficial único; a concertação social efectiva e a mobilização dos empresários nacionais em torno da ideia nuclear de um acesso preferencial na alocação de recursos financeiros externos.

Assim, em consonância e na decorrência do que acima foi explicitado, deverá proceder-se ao indispensável e oportuno

tuno reajustamento dos instrumentos fundamentais de gestão, nomeadamente o Orçamento Geral de Estado, à nova realidade.

Urge igualmente restaurar a disciplina e a transparência da acção governativa, prevenindo-se os fenómenos de corrupção e tráfico de influência, e pôr definitivamente côbro à elevada criminalidade, ao roubo organizado e à delapidação do património do Estado. Isto inclui não só o combate directo aos prevaricadores, mas também a elaboração de uma política imigratória que desencoraje os cidadãos estrangeiros que se dedicam actualmente a práticas ilícitas e fraudulentas, que conduzem à inflação galopante, tais como o açambarcamento de bens, o câmbio especulativo e o desvio de grandes quantidades de moeda nacional.

As Forças Armadas Angolanas, a Polícia Nacional e outros órgãos afins no domínio da Segurança Interna deverão continuar a aperfeiçoar os seus mecanismos de funcionamento interno, por forma a que os meios logísticos, materiais e financeiros sejam postos à disposição de todas as unidades a nível nacional em tempo oportuno e útil, para satisfação de todos os seus efectivos.

Recomenda-se igualmente neste contexto um maior esforço no aperfeiçoamento dos sistemas de Logística e Inspecção destes sectores, de maneira a evitar-se o desvio de bens e de meios técnicos destinados ao serviço das FAA e da Polícia.

Uma atenção especial deverá ser prestada à Polícia Económica, aos Serviços de Inspecção do Comércio e das Finanças e aos seus agentes, que deverão, por um lado, poder auferir salários condignos e a quem, por outro lado, deverão ser proporcionados os meios modernos para o cabal desempenho das suas funções.

Todos estes objectivos não podem ser levados à prática senão no contexto de uma ruptura com o actual modo de gestão económica e ineficácia governativa, por forma a reganhar a credibilidade perdida e a criar as condições para o êxito das acções a desenvolver no quadro da Nova Vida hoje anunciada.

Nesta hora de mudança é natural que todos os Angolanos anseiem pela solução rápida dos problemas com que se debatem no dia-a-dia. Se é justa essa pretensão, também devemos admitir que os problemas de cada um devem ser enquadrados no contexto geral das dificuldades que a toda à Nação dizem respeito.

Se é verdade que Angola é um país potencialmente rico e com enormes recursos, não é menos verdade que a nossa riqueza deve ser extraída e cultivada, transformada, distribuída e comercializada, etapas de um processo moroso e dispendioso, que exige uma gestão correcta de todas as capacidades humanas e materiais do país e o trabalho abnegado de cada um. Outra condição necessária para a valorização plena desses recursos naturais é a Paz. A situação de paz relativa em que vivemos, embora permita já uma maior circulação de pessoas e bens e crie novas motivações para o trabalho e o negócio privado, não nos permite ainda encarar o processo de reconstrução nacional em toda a sua plenitude. O que almejamos é a Paz duradoura e definitiva.

O actual Processo de Paz, base indispensável da renovação da nossa vida, parece ter atingido finalmente a sua dinâmica irreversível, apesar dos atrasos que ainda se verificam no cumprimento dos prazos estabelecidos. Por essa razão apelo à Unita para que cesse as declarações ambíguas, confie no Governo como parceiro honesto e adopte com rigor e seriedade a postura por este até aqui seguida, no sentido de dar fiel cumprimento a todos os compromissos assumidos em Bicesse e em Lusaka.

Há cerca de um mês, a Assembleia Nacional aprovou e eu promulguei uma Lei que amnistia todos os crimes contra a Segurança do Estado e outros crimes com estes relacionados, cometidos por cidadãos nacionais no quadro do conflito militar angolano, no período que vai de 31 de Maio de 1991 até ao presente, assim como todos os crimes de natureza militar.

Hoje, nesta minha Mensagem à Nação, reitero o meu empenho pessoal no cumprimento isento e rigoroso desta Lei e exorto todos os que dela beneficiaram a corresponder

com gestos concretos no sentido da Paz e da Reconciliação Nacional.

Devemos criar um clima propício para que se estabeleçam entre os Angolanos relações fraternas e de respeito mútuo, independentemente das suas convicções políticas ou filiação partidária. É necessário enterrar definitivamente o passado de discórdias e violência, a fim de construirmos conjuntamente o futuro.

As chefias militares das Forças Armadas Angolanas e da Unita anunciaram o termo da incorporação dos efectivos militares da Unita nas FAA para o dia 30 de Julho. Espero que se inicie em seguida a reposição da administração do Estado nas áreas hoje controladas pela Unita e a livre circulação de pessoas e bens em todo o país.

Nessa altura a Unita recuperará o seu estatuto de partido político legal, ocupará os seus lugares na Assembleia Nacional e constituiremos então o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional com um programa de acção de médio-longo prazo.

### CAROS COMPATRIOTAS

Ao tomarmos as decisões que estão implícitas nesta Mensagem, mais não estamos do que a adoptar uma atitude de fidelidade e respeito em relação a todos os que acreditaram em Setembro de 1992 que uma Nova Vida dependia apenas dos seus votos e da esperança dos seus corações.

Através desta Mensagem, propômos a toda a Nação um projecto para uma Nova Vida.

## INTRODUCTION

# MESSAGE A LA NATION DE SON EXCELLENCE JOSE EDUARDO DOS SANTOS, PRESIDENT DE LA REPUBLIQUE D'ANGOLA

La  
man  
par  
que ce changement s'opère, il faut connaître chaque  
rester les causes fondamentales qui nous ont conduits  
à cette situation. Ce n'est qu'alors que nous pourrons  
envoyer les personnes de confiance pour se faire le  
traverser le chemin de la Nouvelle Vie.

Par cette publication, à l'usage de la population  
sociale, en tant que disposition de tous les citoyens, ce  
document pour la sécurité et un précieux outil de con-  
sultation des meilleures orientations de son excep-  
tionalité, émanant du Président de la République, pour  
suivre le pays au cours d'aujourd'hui.

## INTRODUCTION

La collection "Actes & Faits", présente dans ce numero, le message adressé à la nation le 3 Juin 1996 par le Président de la République dans lequel il a brossé un sombre tableau de la situation économique du Pays, déclarant notamment: "Le Pays se trouve plongé dans une grave situation où la ruine sociale et la'extrême pauvreté de la population sont évidentes et où le désespoir commence à envahir beaucoup de gens..."

"Il est impérieux que cette situation change. Mais pour que ce changement s'opère, il faut connaitre exactement les causes fondamentales qui nous ont conduits à cette situation. Ce n'est qu'alors que nous pourrons envisager les perspectives d'espérance pour le futur et frayer le chemin de la "Nouvelle Vie"..."

Par cette collection, le ministere de la communication sociale, met à la disposition de tous les citoyens, un document pour la lecture et un precieux outil de consultations des principales orientations de son excellence. monsieur le Président de la République, pour sortir le Pays de cette crise.

## PEUPLE ANGOLAIS.

Le moment est venu pour que nous fassions une réflexion sereine et profonde sur l'actuelle situation politique, économique et sociale du Pays et prendre des décisions fermes et conséquentes, en vue d'arrêter la dégradation continue du niveau de vie des populations. Tous, nous reconnaissons que nous sommes confrontés aujourd' hui à la plus grave crise économique et sociale jamais vécue.

Les successives expériences tentées ces trois dernières années pour juguler cette crise ont échoué et les conséquences sont: la presque paralysation du secteur productif à l'exception de l'activité pétrolière; la presque paralysation de la production industrielle des diamants; l'extrême dégradation des infrastructures et équipements sociaux, spécialement dans les secteurs de l'énergie et des eaux; l'hyper-inflation qui atteint des valeurs annuelles supérieures à 3.000 pour cent; l'aggravation du déficit budgétaire; l'expansion incontrôlée du "credit à l'économie"; l'émission monétaire incontrôlée sans contre-partie; l'existence dans la pratique de "deux monnaies" qui conduit au discrédit et à la dépréciation de l'activité bancaire; le manque de contrôle du taux de change, etc...

Dans cette conjoncture, les fonctions sociales de l'Etat ont été, dans la pratique, considérablement réduites; un secteur commercial spéculatif a été privilégié dans l'affec-

tation des ressources, un système bancaire parallèle fort s'est développé et un système de commerce appelé "sans achat de devises" ou par des fonds propres, dont les opérations atteignent déjà plus de 90 pour cent du total des importations du Pays, s'est également implanté.

De cette situation découle une subordination de fait du système commercial du Pays au fameux commerce "sans achat de devises", devenu dans la réalité plus dominant. C'est ce facteur hors du contrôle du gouvernement, qui est déterminant dans la formulation des systèmes de prix, y compris celui des produits de première nécessité et des biens intermédiaires de production.

Parallèlement, la crise sociale s'est aggravée mettant en évidence le caractère symbolique des salaires de la Fonction Publique, malgré les augmentations significatives opérées; l'effondrement quasi total de l'Etat dans les domaines de la Santé et de l'Education, soit par abandon par les cadres et travailleurs, soit parce que les conditions minimales de travail se sont empirées; l'accroissement des phénomènes de chômage et de sous emploi; l'inefficacité des systèmes d'appui minimum aux couches les plus vulnérables de la population, aux anciens combattants et l'absence des mécanismes de coordination et de contrôle des principaux secteurs qui devraient garantir la sécurité, la tranquilité et la stabilité des citoyens.

Par ailleurs, l'action de certains dirigeants se traduit souvent par un manque de respect des décisions des organes collégiaux du gouvernement, la discussion des affaires relevant du gouvernement se faisant hors des institutions appropriées ainsi que d'autres pratiques condamnables qui portent préjudice à la réputation et à la bonne image du gouvernement.

Le programme et le budget ordinaire de l'Etat pour l'année 1996 proposés par le Gouvernement et approuvés par l'Assemblée Nacionale, se limitent à l'application de la philosophie de gestion économique de l'action gouvernementale, au point que depuis le début de l'année jusqu'à cette date, le gouvernement n'a fait, ni plus ni moins, en termes pratiques et dans le domaine

économique que proposer et faire approuver une nouvelle législation dans le domaine fiscal, opérer des successives dévaluations du taux de change officiel et faire des timides essais au lieu de prendre des mesures concrètes pour l'application de ces décisions entre autres, l'application du nouveau barème salarial de la Fonction Publique.

Le Pays est donc devant une situation très grave. L'effondrement du tissu social est évident, la pauvreté des populations a atteint des proportions incommensurables à tel point que le désespoir commence à envahir beaucoup de coeurs.

C'est l'heure de la vérité. Ceux qui ont failli, doivent assumer modestement leur responsabilité.

Il faut que cette situation change. Mais pour que ce changement s'opère, il faut connaître exactement les causes fondamentales qui nous ont conduits à celle-ci. Ce n'est qu'alors que nous pourrons envisager les perspectives d'espérance pour le futur, et frayer le chemin de la "Nouvelle Vie".

Il est logique d'attribuer au premier chef un tel effondrement social à la violente guerre qui a suivi les élections de Septembre 1992, qui a causé des destructions sans précédent des infrastructures et équipements essentiels du Pays; de la mort et le déplacement forcé et en masse des centaines des milliers des citoyens; de la presque paralysation de l'activité productive et mercantile et de la chute accentuée des valeurs morales et de la dépravation des moeurs, engendrées par une lutte désespérée pour la survie.

Cet effondrement social, résulte aussi en grande partie de l'application des programmes économiques ayant abouti inévitablement à la grave inflation permanente, à l'effritement, continual des salaires d'où le presqu'abandon des fonctions sociales de l'Etat et la destruction de l'administration publique.

Bref, nous sommes devant un effondrement effectif et total de l'actuelle philosophie de base de l'action du gouvernement dans le domaine économique, à caractère néolibéral et monétariste.

Comment alors surmonter cette grave crise qui atteint tout le monde et créer les conditions de la relance de l'activité économique et du développement du Pays, voire de la survie même de l'Etat angolais à un moment où les délais pour l'accomplissement intégral des tâches prévues dans le protocole de Lusaka arrivent à terme?

Nous avons pu remarquer que l'actuel système se caractérise essentiellement dans toutes ses variantes économiques par l'indexation automatique aux taux de change informels, à l'exception des salaires. Entretemps, les taux de change informels ne sont pas déterminés par l'interaction des forces d'un marché structuré, mais au contraire, ils sont l'expression du fonctionnement d'un commerce spéculatif, rendu viable par un afflux de la monnaie étrangère hors du contrôle de l'Etat et du système monétaire et financier (essentiellement le dollar provenant de l'exploitation frauduleuse des diamants). Doté des mécanismes d'auto-production, ce système rend non viable le retour de la monnaie injectée dans le système bancaire et détermine ainsi de façon spéculative le taux de change parallèle.

Aussi, l'Etat a tendance à dépenser progressivement moins et payer plus dans un processus écrasant continuellement croissant où il devient pratiquement impossible d'observer les limites budgétaires approuvés au niveau des budgets ordinaires successifs de l'Etat qui se transforment ainsi en véritable fiction par le recours à des sorties et solutions palliatives extra-légales.

En fait, la solution n'est pas comme d'aucuns le suggèrent, c'est-à-dire l'alignement de toute l'économie en prenant pour modèle le système spéculatif, mais plutôt la destruction dudit système et en engageant la gestion économique dans la construction d'un système souhaitable pour le pays, c'est-à-dire, dans le contexte de l'agissement d'un marché progressivement structuré. En d'autres mots, il s'avère nécessaire que la transition vers une économie sociale de marché se fasse par étapes, de sorte que le processus soit effectivement contrôlé et, à la limite des possibilités, sans ruptures sociales et politiques.

A court terme, les objectifs essentiels à atteindre devront inclure l'obtention d'une grande offre sur le marché et le contrôle effectif des ressources en devises du pays pour garantir l'approvisionnement à la population, l'opérationnalité des secteurs de défense, de sécurité et de l'ordre interne; pour freiner la dégradation du niveau de vie et du chômage; pour réactiver l'appareil productif, en garantissant l'affectation des ressources pour la revitalisation à travers des "programmes dirigés", de la production interne et de la petite industrie nationale liée à l'approvisionnement; pour maintenir et réhabiliter les infrastructures sociales de base, spécialement celles qui permettent la libre circulation des personnes et des biens ou la fixation des populations dans leurs zones d'origine; pour récupérer les services d'assistance sociale et de santé et garantir aussi la protection sociale des anciens combattants et des personnes déplacées par la guerre

Il faut tout mettre en oeuvre pour la reconquête de la confiance des opérateurs économiques et de la population vis-à-vis du système bancaire, la révision du système du commerce sans achat des devises; l'intégration stratégique des hommes d'affaires nationaux dans le processus de stabilisation économique et l'application effective du Programme de Stabilisation du Secteur Diamantifère de l'Angola (PROESDA).

Toujours dans le contexte de la concrétisation de ces objectifs, il s'avère indispensable l'adoption d'un ensemble de mesures/instruments en vue de la réorganisation du système de commerce en vigueur; la reformulation du régime général des prix des biens et services; l'utilisation des ressources en devises comme instruments fondamentaux de gestion; la planification globale, sectorielle et régionale de l'activité économique; la réorganisation et la restructuration de la Banque Centrale et l'adoption du principe d'interdiction de lier le pétrole aux nouvelles lignes de crédit à court terme.

Il y a également nécessité de réglementer les principes et conditions auxquels doit obéir l'obtention de crédit à l'exportateur; l'organisation du système de paiements

externes; l'intégration effective des bureaux de change dans le système bancaire; la définition des principes auxquels doit obéir la liquidation des importations; l'ouverture et la prorogation des crédits documentaires; l'institution d'un taux de change unique; l'application d'une politique budgétaire adéquate; l'indexation des salaires de la Fonction Publique à l'évolution du taux unique de change officiel; la concertation sociale effective et la mobilisation des hommes d'affaires nationaux autour de l'idée centrale d'un accès préférentiel à l'obtention des ressources en devises.

Ainsi, conformément à ce qui a été explicité ci-haut, il faudra procéder à un réajustement opportun des instruments fondamentaux de gestion, notamment le Budget Ordinaire de l'Etat, à la nouvelle réalité.

De même, il s'avère urgent de restaurer la discipline et la transparence de l'action du gouvernement pour éviter le phénomène de corruption et de trafic d'influence et mettre définitivement fin au taux élevé de criminalité, au vol organisé et à la dilapidation du patrimoine de l'Etat. Ce qui implique non seulement une lutte implacable contre les prévaricateurs, mais aussi l'élaboration d'une politique d'immigration qui décourage les ressortissants étrangers qui se livrent aux pratiques illégales et frauduleuses qui ont conduit à l'inflation galopante, à la monopolisation des biens de l'Etat, au taux de change spéculatif et au détournement de grandes quantités de la monnaie nationale.

Les Forces Armées Angolaises, la Police Nacionale et les autres organes dans le domaine de la sécurité intérieure devront continuer à perfectionner leurs mécanismes de fonctionnement afin que les moyens logistiques, matériels et financiers soient mis, en temps opportun et utile, à la disposition de toutes les unités au niveau national pour satisfaire leurs besoins.

Dans ce contexte, il est aussi recommandé un plus grand effort pour le perfectionnement des systèmes de logistique et d'inspection de ces secteurs de façon à éviter le détournement des biens et des moyens techniques destinés au service des Forces Armées Angolaises et de la Police.

Une attention spéciale devra être accordée à la police économique, aux services d'inspection du commerce et des finances et à leurs agents, qui devront bénéficier des salaires dignes et à qui devront être fournis des moyens modernes pour l'exercice normal de leurs fonctions.

Tous ces objectifs ne peuvent, en aucun cas, être atteints si l'on ne rompt pas avec la gestion économique et l'inefficacité gouvernementale actuelles en vue de reprendre la crédibilité perdue et créer les conditions pour le succès des actions à mener dans le cadre de la Nouvelle Vie que j'annonce aujourd'hui.

Aussi, en ce moment de changement, il est normal que tous les angolais s'attendent à une solution rapide de leurs problèmes quotidiens. Cela étant, nous devons donc admettre que les problèmes d'un chacun doivent être encadrés dans le contexte général des difficultés que rencontre toute la nation.

S'il est vrai que l'Angola est un pays potentiellement riche et avec d'enormes ressources, il n'est pas moins vrai que notre richesse doit être exploitée et transformée, distribuée et commercialisée; étapes d'un processus coûteux, qui exige une gestion correcte de toutes les capacités humaines et matérielles du pays.

Cependant nous ne devons pas perdre de vue que l'une des conditions primordiales pour la mise en valeur de ces ressources naturelles est la Paix. Certes, la situation de paix relative que nous vivons facilite déjà une plus grande circulation des personnes et des biens et crée de nouvelles motivations pour le travail et le commerce privé, mais elle ne nous permet pas encore d'envisager le processus de reconstruction nationale dans toute sa plénitude. C'est pourquoi nous souhaitons une paix durable et définitive.

L'actuel processus de paix, base indispensable du renouvellement de notre vie, semble avoir atteint finalement sa dynamique irréversible malgré les retards encore enregistré dans l'exécution des tâches dans les délais fixés. Pour cette raison, j'en appelle à l'UNITA de cesser les déclarations ambiguës, de faire confiance au gouvernement comme partenaire honnête et de garder avec rigueur et sérieux la

position qu'elle a assumée jusqu'à présent afin de respecter tous les engagements pris à Bicesse et à Lusaka.

Il y a près d'un mois, l'Assemblée Nationale a approuvé et j'ai promulgué une loi d'amnistie de tous les crimes contre la sécurité de l'Etat commis par des citoyens nationaux dans le cadre du conflit militaire angolais, entre la période allant du 31 mai 1991 jusqu'à ce jour, ainsi que tous les crimes de nature militaire.

Je réaffirme aujourd'hui dans mon message à la nation mon engagement personnel dans le respect rigoureux de cette loi et j'exhorté tous les bénéficiaires à poser des actes concrets en faveur de la paix et la réconciliation nationale.

Nous devons créer un climat propice pour établir entre angolais des relations fraternelles et de respect mutuel indépendamment de nos convictions et appartenances politiques. Il faut enterrer définitivement le passé de discorde et de violence afin de construire ensemble l'avenir.

Les chefs militaires des Forces Armées Angolaises et de l'UNITA ont annoncé la fin de l'incorporation des effectifs militaires de l'UNITA au sein de l'Armée Nationale unique pour le 30 juillet prochain. J'espère que cette étape sera suivie du rétablissement de l'administration de l'Etat dans les zones encore contrôlées par l'UNITA et de la libre circulation des personnes et des biens sur toute l'étendue du territoire national.

C'est en ce moment-là que l'UNITA récupérera son statut de parti politique légal, occupera ses sièges à l'Assemblée Nationale et que nous formerons le Gouvernement d'union et de réconciliation nationale avec un programme d'action à moyen et long termes.

## CHERS COMPATRIOTES

En appliquant les décisions contenues dans ce message, nous ne ferons qu'adopter une attitude de fidélité et de respect envers tous ceux qui ont cru en septembre 1992 que leur espoir pour une Vie Nouvelle dépendait de leurs votes.

A travers ce message, nous proposons à toute la Nation un projet pour une "Vie Nouvelle".

## INTRODUCTION

# **ADDRESS TO THE NATION BY HIS EXCELENCY JOSE EDUARDO DOS SANTOS PRESIDENT OF THE REPUBLIC OF ANGOLA**

"It is therefore necessary to change, but in order to do so, we have to know the basic causes that led us into that situation; thus, we can open new perspectives for hope in our future and open up roads for a new life".

Through this publication, the Ministry of Social Communication wants to put at the disposal of every citizen reading and consulting material where the President of the Republic, His Excellency Jose Eduardo dos Santos, gives the main indications on how to get the country out of this crisis.

## INTRODUCTION

The present publication of "Actos & Factos" contains an address to the Nation made by His Excellency José Eduardo dos Santos, President of the Republic of Angola on June 3rd, 1996 in which he gives a summary of the economic situation the country is faced with.

..."The country is indeed facing a very serious situation; social collapse is evident, poverty is at its extreme and despair is gaining most our hearts".

..."It is therefore necessary to change, but in order to do so, we have to know the basic causes that led us into that situation; thus, we can open new perspectives for hope in our future and open up roads for a new life".

Through this publication, the Ministry of Social Communication wants to put at the disposal of every citizen reading and consulting material where the President of the Republic, His Excellency José Eduardo dos Santos, gives the main orientations on how to get the country out of this crisis.

...to support the right of the people to self-determination and to take the responsibility of their own government and to govern and to govern it democratically. In such circumstances there is no room for any kind of manipulation or interference by external forces. This is the only way to achieve a stable and peaceful development. We must always remember that our country has been through a long period of civil war and its consequences have been very serious. We must also remember that our country has been through a long period of civil war and its consequences have been very serious. We must also remember that our country has been through a long period of civil war and its consequences have been very serious. We must also remember that our country has been through a long period of civil war and its consequences have been very serious. We must also remember that our country has been through a long period of civil war and its consequences have been very serious. We must also remember that our country has been through a long period of civil war and its consequences have been very serious.

## ANGOLAN PEOPLE

Time has come for a serene, profound meditation on the current political, economic and social situation of the country, and for firm, consequent decisions to halt the continued degradation of the living standard of the populations. We all acknowledge that we are facing today an ever serious economic and social crisis.

Successive experiences made to overcome such crisis in the last three years turned out unsuccessful, and the consequences are: the quasi stoppage of the productive sector, except that of oil activity; the nearly paralysation of the industrial diamond production; an extreme degradation of social infrastructures and equipment, specially in the sectors of energy and waters; hyperinflation whose annual rate has gone over 3.000 per cent; state budget deficit that is worsening every day, uncontrolled expansion of the "credit to the economy"; uncontrolled issue of hard currency without counter-part; actual existence of "two currencies" which led to the discredit and the depreciation of the banking system; a deep miscontrol of the exchange rate; etc...

As a result, the social performances of the State were in real terms drastically reduced; the speculative trade was privileged in the allocation of resources; a strong, parallel financial system was developed and a so called trade system "without foreing currency spending" or by one's own funds

whose operations have already reached 90% of the total country's imports was implanted.

Consequently, there is an actual subordination of the country commercial system to the so-called trade without "foreign currency spending" which, in reality, has become prevailing. It is this government uncontrolled factor that is determinant in the formation of the price system, including the prices of basic commodities and of intermediate items for production.

Meanwhile, social crisis has worsened, evidencing the symbolic character of salaries in the Civil Service in spite of the significant increase which were made; the almost total collapse of state activities in the realms of health and education either by the multiple walk-out of cadres and workers or by the fact that the minimum working conditions are getting worse; the increase in the phenomena of unemployment and under employment, the inefficient system of minimum help (support) to the most vulnerable strata of the population, to war veterans and the lack of coordination and control mechanisms in the sectors which should guarantee the security and the safety of the citizens.

On the other hand, the acting of government officials appears to disrespect the decisions made by the cabinet; discussions of government related matters outside the adequate institutions and other blamable practices are harming the reputation and the good image of the government.

The programme and the State budget for 1996 proposed by the Government and approved by the National Assembly limit themselves to the application of the economic management philosophy so that from the very beginning of the year to date, the Government has done, in practice and in economic term, nothing but proposing and having approved a new legislation on taxes, implementing successive devaluations of the official exchange rate and "tempting" to apply, but not fully, the payment of new salary scale in the Civil Service:

The country is indeed facing a very serious situation. The social downfall is evident, poverty of the populations is its extreme and despair has started to invade most of our

hearts. It is time for the truth. Those who failed should take the responsibility of their mistakes.

It is necessary to change and in order to do so, we have to exactly know which are the fundamental causes that have brought us to the present situation. This is the only way which can open new perspectives for hope in our future and open also the road for a "New Life".

It is fair to ascribe such social collapse, in the first place, to the violent war which followed the September 1992 elections; since it is to blame for the unprecedented destruction of the essential infrastructures and equipment of the country, for the death toll, and forced and massive displacement of hundreds of thousands of citizens; for the almost total paralysation of the productive mercantile activity and for the increased moral breakdown generated by the desperate struggle for survival.

This social collapse is also to be greatly blamed on the application of economic programmes which inevitably ended up in the grave, permanent inflation, implying a continued reduction of the salaries purchasing power and which also led to the almost complete abandonment by the state of its social functions and to the destruction of the Civil Service.

In other words, we are facing an effective and total collapse of the actual philosophy of the Government action in economics matters based on neoliberal and monetary theories.

How then to overcome this extremely serious crisis which hits all of us and yet, at the same time, create the conditions to start anew the economic activity for the development of the country and the survival of Angola at the very moment when the terms for the full accomplishment of the tasks stipulated in the Lusaka Protocol are precipitating?

As we have seen, the actual system is characterized by the fact that all its economic variations are automatically dependent on the informal rate of exchange, with exception for the salaries.

Meanwhile, the informal rates of exchange are not

determined by the interactions of a structured market but they are rather the expression of the functioning of a speculative trade made viable by the influx of foreign currency (essentially the dollar coming from diamond panning). The same system reproduces itself making unviable the return to the banking system of the injected money, determining thereby, in a speculative way, the informal rate of exchange.

This way, the state tends to progressively spend less and pay more and more, in a process of continuous and increasing suffocation that makes it practically impossible for the state to observe the limitations set by the successive ordinary budgets which turn out to be real fictions that encourage to resort to palliative and extra-legal solutions.

The solution to this problem is not, as many suggest, in the alignment of the economy taking the speculative system as a model, but in its destruction, applying economic managerial principles to the construction of a progressively structured market. In other words, it is necessary that the transition to a social free market economy goes by steps so that the process be effectively controlled and, as much as possible, without social or political disruption.

On the short run, the essential objectives to be achieved shall include the obtainment of a bigger supply and the effective control of the country's exchange resources, in order to make it possible to secure the supply to the population; to guarantee the operability of the sectors of defense, security and internal order; to stop the degradation of the living standard and unemployment; to re-activate the productive apparatus, thereby securing the allocation of resources towards the revitalization of internal production and supply-related national small industry through "directed programmes"; to maintain and rehabilitate social and basic infrastructures, specially those which allow the free flow of people and goods or the resettlement of populations in their places of origin; to recover social and health assistance and social protection of ex-combatants and war displaced persons.

It is also indispensable to regain businessmen and populations confidence in the banking system; to revise the

commercial system of "no spending of foreign currency"; to integrate national entrepreneurs in the process of economic stabilization and to effectively apply the Angola Diamond Sector Stabilization Programme (PROESDA).

Still in the framework of the materialization of these objectives, a set of measures/instruments are required in view of the re-organization of the economic system; the reformulation of the general regime of prices of goods and services; the utilization of foreign exchange balances, as fundamental instruments of management; the global, sectorial and regional planning of the economic activity; the re-organization and restructuration of the Central Bank and the adoption of the principle prohibiting the binding of oil production to short run lines of credit.

In the same order of ideas, are also required: a regulation of principles and conditions for loans to exporters; the organization of external payments; the effective integration of foreign exchange offices into the banking system; the definition of principles regulating the clearance of imports; the opening and prorogation of letters of credit; the setting up of a unique rate of exchange; the application of a restrictive policy in the monetary sphere and the adjustment of the budgetary policy; the indexation of the civil servants salaries to the unique official rate of exchange; the mobilization of national entrepreneurs in support of the idea of preferential access in the allocation of external financial resources.

Therefore, in accordance to what has been mentioned above, the fundamental instruments of management, namely the state budget, must be opportunely adjusted to the new reality.

We also must restore discipline and transparency in the governing action as a means to prevent phenomena of corruption and traffic of influence, and definitively put an end to the high rate of criminality, organized theft and wasting of the state patrimony. This includes not only a fierce combat against the offenders, but also the elaboration of an immigratory policy which discourages foreigners who currently indulge in illegal and fraudulent activities, leading to

an ever galloping inflation, the monopoly of goods, the speculative exchange rate and the smuggling of huge quantities of national currency.

The Angolan Armed Forces (FAA), the National Police and other institutions related to internal security shall continue to improve their mechanisms of internal organization so that every logistical, financial and material means be put, timely and usefully, at the disposal of all the units throughout the country for the satisfaction of their needs.

It is also recommended, in this context, that a major effort in the improvement of the logistics and inspection system of these sectors be made in order to avoid the embezzlement of goods and technical means meant for the FAA and the Police.

A special attention shall be paid to the "economic police", the commerce and finance Inspection Services and their agents, who shall earn adequate wages and be provided with modern equipments for a successful exercise of their duties.

All these objectives cannot be achieved if we cannot abandon the actual management methods of the economy characterized by government inefficiency in order to regain the lost credibility and to pave the way for the success of government actions to be undertaken in the context of the "New Life" that I am foretelling today.

It is normal at this moment of change that all Angolans expect a rapid solution to their everyday problems. If this is a fair desire, we shall also admit that everyone's problems must be seen within the general context of the difficulties facing the whole nation.

If it is true that Angola is a potentially rich country with enormous resources, it is not less true that our wealth shall be extracted, cultivated, transformed, distributed and commercialized; these are the stages of a slow and costly process that requires an accurate management of all the country's human and material capacities and hard work from all of us.

Another necessary condition for full valuation of our natural resources is Peace. Although the situation of relative

peace we are living in allows a major circulation of persons and goods and creates new motivation for work and private business, yet, it does not let us realize fully the process of national reconstruction. What we are aiming for is a lasting, definitive peace.

The current Peace Process, indispensable basis for the renewal of our life, seems to have reached its irreversible dynamics, despite the delays still occurring in the execution of some tasks comprised in the Lusaka Protocol. For that reason, I appeal to Unita to put an end to its ambiguous statements, and trust the Government as a honest partner and strictly adopt with seriousness the conduct it has so far taken so as to give a loyal fulfilment to all commitments agreed upon in Bicesse and in Lusaka.

Nearly a month ago, the National Assembly has approved and I have promulgated an Amnesty Law forgiving all crimes against State security and other related crimes committed from May 31th, 1991 up to the present, by national citizens as part of the Angolan military conflict, as well as all crimes of military nature.

Today, in my address to the Nation, I reaffirm my *personal commitment to strictly observe* this Law in an impartial manner, and I am urging those who have benefitted from it to act concretely in favour of Peace and National Reconciliation.

We must create a propitious climate to establish fraternal relations and mutual respect among Angolans, regardless of their political creeds or party affiliations. It is necessary to bury the past of disagreement and violence, so that together, we can build the future.

The general staffs of the Angolan Armed Forces and of Unita announced that they are going to complete the integration of Unita military men into FAA on July 30 th. I hope that the next step will be the restoration of the state administration authority to the areas under Unita control and the free movement of people and goods throughout the country.

1859

It will be then that Unita will recover its status as a legal political party, take its seats in the National Assembly and we will then constitute the government of National Unity and Reconciliation with short and long run programmes of actions.

DEAR COMPATRIOTS,

By implementing the decisions implied in this address, we are not doing more than adopting an attitude of loyalty and respect towards all those who believed in September 1992 that a New Life depended on their votes.

Through this address, we are proposing to all the Nation a project for a "New Life".

1859

It will be then that Unita will recover its status as a legal political party, take its seats in the National Assembly and we will then constitute the government of National Unity and Reconciliation with short and long run programmes of actions.

DEAR COMPATRIOTS,

By implementing the decisions implied in this address, we are not doing more than adopting an attitude of loyalty and respect towards all those who believed in September 1992 that a New Life depended on their votes.

Through this address, we are proposing to all the Nation a project for a "New Life".

Edição: M.C.S/96

1859  
598